

ENTREVISTA \ José Tadeu Marino

AJ14992

'Estado é refém das cooperativas'

O ex-secretário da Saúde Tadeu Marino afirma que não é contra o cooperativismo, e sim contra a forma de contrato que o Estado mantém com os médicos

ADRIANA MENEZES

Lógica

Depois de seis meses à frente da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), o médico José Tadeu Marino admite que o Estado tornou-se refém das cooperativas médicas e acredita que o próximo ocupante da pasta deverá manter a coragem de continuar enfrentando a questão. Durante seu mandato, Marino suspendeu os contratos com as cooperativas e defendeu a diminuição dos altos custos gerados para o Governo do Estado.

"Esses contratos representam um grande investimento na área de custeio e sua suspensão significaria uma economia de, no mínimo, R\$ 1 milhão. Esse recurso poderia ser utilizado na ajuda aos hospitais filantrópicos que estão sucateados e são responsáveis pela oferta de 60% dos leitos do Sistema Único de Saúde (SUS)", disse.

Apesar das afirmações, o médico não atribui a sua saída do Governo ao episódio. De acordo com Marino, seu afastamento "foi motivado por questões de reestruturação interna da equipe de Governo".

A GAZETA - A exoneração do senhor foi motivada pelas repercussões em torno do embate pela suspensão dos contratos com as cooperativas médicas?

Tadeu Marino - Não. Na época das discussões contamos com o apoio do próprio Governo para enfrentar a situação. Como fazer o sistema de saúde avançar, ampliando a oferta de medicamentos e insumos, qualificando os aparelhos sucateados, se existe uma perda de R\$ 1 milhão mensais com a manutenção dos contratos com as cooperativas, que hoje é de R\$ 3 milhões? O enfrenta-



Gildo Loyola

Tadeu Marino disse que a ausência da gestão plena nos municípios da Grande Vitória representa um impasse para o avanço da prestação de serviços à população pelo SUS

para o Governo, que deverá manter a coragem de continuar enfrentando a questão. Esses contratos representam um grande investimento do custeio da Saúde, ou seja, o repasse para mantê-lo é muito grande e falta recurso para outras áreas.

Como o senhor avalia o apoio que o Conselho Estadual de Saúde demonstrou e que agora rejeita, inclusive, o seu afastamento da pasta, e a divulgação de uma nota oficial do Sindicato dos Servidores da Saúde, que critica o Governo estadual por sua exoneração?

O conselho é formado por representantes de usuários, prestadores de serviço e profissionais da área da Saúde e o Estado precisa dele como consultor e participante da elaboração da construção do sistema no Espírito Santo. Fico feliz em saber dessas demonstrações de apoio porque significa que o conselho entendeu a nossa proposta, mas ao mesmo tempo isso demonstra a preocupação do conselho, que sofreu com a desativação em outras gestões. A minha relação com o sindicato também foi aberta. Quando necessário, mesmo em momento de greve, os representantes dos servidores foram atendidos e encontraram no secretário uma pessoa parceira, assim como eu também precisei deles como parceiros nessa construção. Eles estão demonstrando a sua preocupação e questionando o Governo para que esse diálogo seja mantido.

Em sua avaliação, qual será o maior desafio do próximo ocupante da pasta?

Creio que o problema da descontinuidade nas ações. Nos últimos quatro mandatos 20 secretários já passaram pela Secretaria da Saúde

com as cooperativas médicas?

Tadeu Marino - Não. Na época das discussões contamos com o apoio do próprio Governo para enfrentar a situação. Como fazer o sistema de saúde avançar, ampliando a oferta de medicamentos e insumos, qualificando os aparelhos sucateados, se existe uma perda de R\$ 1 milhão mensais com a manutenção dos contratos com as cooperativas, que hoje é de R\$ 3 milhões? O enfrentamento desse problema foi um dos que realizamos frente à Sesa. Houve ainda a questão das auditorias, mas o que envolveu as cooperativas foi mais difícil, porque os médicos estão no setor de emergência e urgência. O Estado se deixou tornar refém, nos últimos dez anos, desse tipo de trabalho. O que nós tentamos mostrar e levar para o debate é que existe um sistema de cooperativas médicas no Espírito Santo que atua em um local extremamente importante. Não discutimos o cooperativismo, e sim a forma de contrato que o Estado mantém com elas. O acesso para trabalhar na atividade fim e específica do Estado deve ser feita através de concurso público. Sabemos que o cargo de secretário é de confiança do governador. Se ele acha que é necessário realizar ajustes técnicos e políticos, recebemos isso com muita tranquilidade e serenidade.

A introdução da gestão plena do SUS no Espírito Santo, visando o recebimento de mais recursos para a Saúde, passa pela suspensão do contrato com as cooperativas?

Eu diria que passa pelo plano de cargos e salários, e essa situação terá que ser resolvida. Se não foi por mim, será por outro secretário. Nós fizemos o enfrentamento, mas havia um acordo onde seria discutido contrato por contrato, dentro de uma lógica da realidade econômica financeira do Espírito Santo. Não negocieei nenhum contrato porque não tive oportunidade. Os cooperativistas foram convidados e inclusive enviamos um convite na última terça-feira, mas ninguém compareceu. A nossa proposta era diminuir o coeficiente de honorários (CH) de R\$ 0,36 para R\$ 0,22, que é o valor de mercado praticado. Além disso, fizemos um edital de convocação nacional para contratação de médicos e 160 pessoas se inscreveram e querem trabalhar. Seria ético contratar esses médicos e poderíamos substituir 40% dos vínculos cooperativos agora. Com a redução do CH haveria uma economia de, no mínimo, R\$ 1 milhão.

Poderíamos substituir 40% dos vínculos cooperativos agora

Onde esse recurso poderia ser aplicado?

O Governo precisaria reinvestir esse valor nos hospitais para ampliar a oferta de leitos e aparelhos e estabelecer uma cooperação financeira com uma definição de metas junto aos hospitais filantrópicos do Estado que estão falindo. Eles são responsáveis pela oferta de 60% dos leitos hospitalares. O nosso plano era iniciar as conversações em torno desse assunto e promover a subvenção já no próximo semestre.

Qual o balanço que o senhor apresenta do período que esteve à frente da secretaria?

A reativação do Conselho Estadual de Saúde, depois de um ano sem atividades, é uma das ações que pudemos concretizar com o apoio dos integrantes do conselho. Traba-

lhamos para reestruturar o conselho, que representa o controle social dos assuntos ligados à Saúde. Para se ter uma idéia de seu abandono, o relatório de gestão anual, cuja apresentação é uma exigência do SUS, não era elaborado desde 2001. Somente agora estamos concluindo o relatório referente a esse período. A restauração de convênios antes suspensos com o próprio Ministério da Saúde, BNDS e Funasa também foi feita. Conquistamos o índice de menor mortalidade infantil da Região Sudeste, atingimos a maior cobertura vacinal homogênea do Sudeste e controlamos uma epidemia de dengue que tinha tudo para se tornar ca-

tastrófica. Contamos com a ajuda das gestões municipais que estão fazendo um grande esforço depois de terem permanecido abandonadas pelo Estado nos últimos anos. Mas a preparação do Espírito Santo para a implantação da gestão plena da Saúde foi o nosso maior desafio. A ausência da gestão plena nos municípios da Grande Vitória representa um impasse para o avanço da prestação de serviços à população pelo SUS. Se o Estado desenvolver a gestão plena da Saúde, haverá um aumento no teto financeiro em R\$ 500 mil mensais somente para a realização de consultas especializadas. Cumprimos a nossa missão de preparar o Estado para atingir a gestão plena, o que acontecerá de forma muito rápida, a partir da inauguração de novos leitos.

Quais os principais desafios que o senhor enfrentou durante o tempo de gestão na Sesa?

Assumi a pasta sabendo do caos em que se encontrava a Saúde, principalmente na urgência e emergência e no meio de uma greve de servidores, que só mantinha 30% do atendimento de urgência e emergência. Na época, sentamos com o sindicato e o Governo criou uma comissão para negociar o salário atrasado dos servidores. Fui obrigado a pedir a ilegalidade da greve em 18 de fevereiro. Além disso, recebemos a secretaria sucateada e sem gestão de gerência. Nos hospitais faltavam insumos básicos e estávamos no início de uma das maiores epidemias de dengue que o Estado já enfrentou. Fora isso, tivemos que lidar com a substituição de pessoas em cargos essenciais e levamos três meses pa-

ra montar uma equipe de nossa confiança, baseada no critério de conhecimento da gestão do SUS. Um outro desafio que gostaria de citar foi o resgate do Programa Saúde na Família, cujos recursos há dois anos não eram repassados.

E no setor financeiro, qual foi a maior dificuldade?

O Governo vem fazendo um esforço para repassar o máximo de recursos para a Saúde e cumprir a emenda constitucional, mas depara-se com um orçamento de R\$ 7 milhões, onde 50% da verba é gasta com pagamento de serviços terceirizados, devido à falta de plano de cargos e salários. No primeiro trimestre, os recursos mal davam para pagar as cooperativas e o vale-transporte dos servidores. Esse tipo de dificuldade é enfrentada por todas as secretarias do Estado e não só pela da Saúde. Não basta ter vontade política, é necessário financiamento e, nesse período, nós tivemos uma progressão do repasse de recursos que nunca foi suficiente para manter o sistema de Saúde. Na Sesa, essa dificuldade acentua-se devido aos tipos de contratos desfavoráveis efetuados, destacando-se o contrato de terceirização com as cooperativas médicas.

O senhor acredita que a situação dos contratos poderá ser mudada?

Os contratos estão aí e acho que eles vão continuar sendo um desafio

também precisei deles como parceiros nessa construção. Eles estão demonstrando a sua preocupação e questionando o Governo para que esse diálogo seja mantido.

Em sua avaliação, qual será o maior desafio do próximo ocupante da pasta?

Creio que o problema da descontinuidade nas ações. Nos últimos quatro mandatos 20 secretários já passaram pela Secretaria da Saúde. Como fazer gestão de saúde dessa forma? Se fizermos as contas, veremos que desde a gestão de Max Mauro tivemos 20 secretários em 16 anos. Haverá eleições no ano que vem. Será que o secretário mudará novamente? Será que essa situação também não é um reflexo da falta de gerenciamento e gestão, causando o caos na Saúde? Sem dúvida, esse vaivém faz os municípios ficarem descrentes e sem motivação real para implantar seus sistemas de Saúde.

O senhor pretende voltar às atividades realizadas antes de assumir a pasta ou possui algum convite para atuar em outras áreas da Saúde?

Mesmo como secretário fazia um esforço muito grande para atender meus pacientes aos sábados e domingos, em Colatina, porque tinha certeza de que a minha atuação seria efêmera e passageira. Jamais vou deixar de ser médico e volto para a minhas atividades a partir da semana que vem. Como existe uma necessidade do prefeito de Colatina em retomar o projeto político para reconstruir a cidade, que teve início em 2001, fui chamado também para retornar. Antes vou descansar e ficar mais perto de meus filhos e de minha mulher.

Como o senhor avalia a possível ocupação do cargo por João Felício Scárdua, atual

presidente do Banestes?

Por não ser uma pessoa ligada à área médica, isso poderá ajudá-lo na execução dos projetos frente à Sesa. Acho que o gestor da Saúde não necessariamente precisa ser médico e sim ter capacidade de gerenciamento. Se a secretaria for ocupada pelo senhor Scárdua, a Sesa estará bem servida, até por ser um executivo de capacidade confirmada já demonstrada durante a sua permanência na Sesa entre 1999 e 2000. Ele será capaz, inclusive, de entender o que fiz à frente da Sesa e tenho certeza de que ele dará continuidade ao nosso trabalho.

ESPERA

Governo divulga novo nome segunda-feira

O Governo do Estado divulga segunda-feira o nome do novo secretário de Estado da Saúde, que assumirá o lugar do médico José Tadeu Marino. O nome mais cotado continua sendo o do presidente do Banestes, João Felício Scárdua, que já se mostrou disposto a assumir o cargo. "Sou membro da equipe do

governador Paulo Hartung. Quem decide é ele", disse ele na quinta-feira, após a confirmação da saída de Tadeu Marino. O nome do deputado estadual Anselmo Tose, que também foi cogitado para o cargo, mas o próprio deputado já deu declarações de que não deve assumir o posto.